



V SINGEP

Simposio Internacional de Gest3o de Projetos, Inova3o e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

Educa3o Ambiental Como Fator Determinante de Mudan3a Cultural: O Caso da ONG Ingabios do Munic3pio de Paulistana/PI

RAFAELA RODRIGUES LINS

Universidade Federal Rural de Pernambuco
faelalins20@hotmail.com

JORGE DA SILVA CORREIA NETO

Universidade Federal Rural de Pernambuco
jorgecorreianeto@gmail.com



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FATOR DETERMINANTE DE MUDANÇA CULTURAL: O CASO DA ONG INGABIOS DO MUNICÍPIO DE PAULISTANA/PI

Resumo

Esta pesquisa tem como premissa principal refletir acerca da Educação ambiental no município de Paulistana. Tem como questão problematizadora analisar as contribuições das atividades da ONG Ingabios para a mudança cultural no município de Paulistana/PI. A metodologia usada é a pesquisa de cunho exploratório, que tem como base estudo de casos múltiplos por buscar analisar o que se tem feito em termos de ações e sensibilização acerca da educação ambiental. A análise de dados está sustentada em materiais fotográficos, acadêmicos e em pressupostos teóricos tendo por finalidade apresentar resultados condizentes e que provoque à população a construção de saberes e práticas, bem como o avanço na construção do conhecimento referente à mudança cultural. Desse modo, percebe-se a importância da discussão deste tema para o município de Paulistana para que todos possam reconstruir suas posições diante do meio ambiente.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sensibilização; Cultura; Meio Ambiente.

Abstract

This research has as main premise reflect on environmental education in the municipality of Paulistana. Has as problematical issue analyze the contributions of ONG activities Ingabios for cultural change in the municipality of Paulistana/PI. The methodology used is the search of exploratory nature, based on multiple case studies to seek to analyze what has been done in terms of actions and awareness about environmental education. The data analysis is based on photographic materials, academic and theoretical assumptions having intended to present consistent results and which causes the population to build knowledge and practices, as well as the progress in the construction of knowledge pertaining to cultural change. Thus, the importance of the discussion of this theme to the municipality of Paulistana for all to rebuild their positions on the environment.

Keywords: Environmental Education; Awareness; Culture; Environment.



1 Introdução

A denominação ONG (Organização não governamental) começa a aparecer em documentos da ONU desde a segunda metade da década de 1940, do século XX, no pós-guerra. Neste momento o termo era utilizado se referindo às organizações internacionais, que se destacaram a ponto de possuírem direito a uma presença formal da ONU, contudo não representavam governos. Nos anos sessenta, a ONU incentivou o aumento de programas de cooperação internacional, que financiava entidades para ajudar países subdesenvolvidos. Com isso, proporcionou o surgimento de “vários tipos de associações que em muito se diferenciavam das organizações governamentais”. No Brasil podem-se identificar as primeiras ONGs com origem na Igreja Católica e na atuação de grupos, principalmente de pesquisadores, comprometidos com o desenvolvimento de projetos de assistência aos movimentos populares (KAROL, 2000).

O campo de pesquisa trata-se do Estudo de caso da ONG Ingabios criada com o intuito ambiental na cidade de Paulistana, município do estado do Piauí, situada no Sudoeste do estado, é a 22ª cidade, a 3ª cidade da mesorregião e a maior cidade da microrregião. O município mais próximo é Acauã a 12 km da cidade. Sua área é de 1.752km² representando 0,6965% do Estado, 0,1127% da Região e 0,0206% de todo o território brasileiro como mostram as figuras 1 e 2.

É crescente a expansão da área urbana na cidade de Paulistana, no estado do Piauí, desde o ano de 2009, devido à chegada de empresas de grande porte e da escola técnica e profissionalizante o Instituto Federal do Piauí (IFPI), o que por sua vez culminou no aumento populacional da cidade. Esta migração acelerou o crescimento da cidade que se deu desordenadamente e sem qualquer planejamento. Hoje é sabido que este crescimento desordenado deixou sequelas. Os transtornos causados pela falta de educação ambiental afetam a população diariamente. Há também a falta de água potável instigando quase 100% da população a consumir água comprada em empresas terceirizadas. (Fonte: Prefeitura Municipal de Paulistana-PI)

A sensibilização da população através de ações feitas em parceria com a Prefeitura Municipal e a Organização Não governamental (ONG) Instituto de Gestores Ambientais da Biodiversidade Sustentável (Ingabios) instalada no município desde 2013, deram um incentivo maior de mobilização e defesa pela melhoria da qualidade de vida da população.

Reflete-se acerca dessa temática como questão problematizadora, analisar as contribuições das atividades da ONG Ingabios para a mudança cultural no município de Paulistana-PI, assim como os danos causados ao ser humano devido à falta de sensibilização e mobilização social diante da preservação e cuidado com o meio ambiente.

Mediante a isso foram desenvolvidos objetivos específicos para que pudesse dar maior credibilidade ao da pesquisa. Partindo disso, caracteriza-se a ONG Ingabios do município de Paulistana-PI; Identificam-se as ações da ONG Ingabios no município de Paulistana; Analisa-se a influência da ONG na educação ambiental da cidade.

O presente trabalho é relevante devido à importância em preservar o meio ambiente, incentivar políticas públicas de preservação, assim como, despertar para futuras pesquisas mais avançadas em prol do melhoramento da qualidade de vida dentro da sociedade.

2 Referencial Teórico

2.1 Evolução histórica da Sustentabilidade

Nas últimas décadas, as questões ambientais estão gerando grandes mudanças na sociedade em seus aspectos econômicos e produtivos, gerando uma conscientização



ecológica, no qual as instituições, as empresas e as pessoas possam se envolver na construção de um mundo melhor para todos. A questão da sustentabilidade busca uma gestão integrada e com responsabilidade social para que promova a participação e ação dos diversos fatores sociais.

De acordo com Buainain (2006), a ideia de sustentabilidade tem “forte conteúdo ambiental e um apelo claro à preservação e à recuperação dos ecossistemas e dos recursos naturais”. Assim, quando se fala em sustentabilidade, geralmente os exemplos remetem à sustentabilidade ambiental, pois esta é a que tem maior evidência, sobretudo porque uma ação danosa ao ambiente em uma determinada região pode afetar de forma direta ou indireta outras localidades, mesmo que distante geograficamente.

A sustentabilidade está pautada em três pilares denominada Tripé da Sustentabilidade: ser econômico, ou seja, ser viável, o que fere tratar e cuidar de forma economicamente sustentável; ser socialmente justo, o que inclui igualdade para todos, ou seja é dever de todos cuidar para não faltar; ser ambientalmente correto, falando porque o próprio nome sustentabilidade já infere correção, cuidado, proteção.

Através da Constituição Federal de 1988, busca-se primar pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a manutenção da qualidade sendo fundamental a observação voltada à proteção do meio ambiente enquanto espaço de vida humana, ou seja, onde o objeto da tutela é o homem na sua relação com o meio (ARAUJO 2004).

Barbieri e Cajazeira (2009) asseveram que:

A sustentabilidade social trata-se da consolidação de processos que promovem a equidade na distribuição dos bens e da renda para melhorar substancialmente os direitos e condições de amplas as massas da população e reduzir às distâncias entre os padrões de vida das pessoas (BARBIERI & CAJAZEIRA, 2009, p. 67).

Conforme se observa a citação fica visto a importância de preservar o ambiente, e que isso não depende apenas do querer, mas do fazer acontecer e isso inclui preservar o ambiente onde se vive, pois só assim poderá haver uma redução na distância entre os padrões de vida das pessoas.

Kaimyana (2011) assevera que a sustentabilidade está cada vez mais conhecidas e utilizadas em diversos setores da economia, mas não há um conceito definitivo, pois cada pessoa possui uma percepção sobre a utilização dos recursos e o desenvolvimento econômico social.

Para Acselrad apud Leroy (1999),

O objetivo da sobrevivência ambiental tem que estar profundamente articulado com outros objetivos, entre eles a equidade, a justiça, a liberdade e a plena vigência dos direitos econômicos, sociais, culturais e políticos para o conjunto de cada sociedade e da comunidade humana (ACSELRAD APUD LEROY, 1999. p. 48).

São visíveis aos padrões atuais de consumo e que estão nas raízes da crise ambiental, onde a crítica ao consumismo passou a ser visto como uma contribuição para a construção de uma sociedade sustentável (PORTILHO).

Diante do exposto, observa-se a necessidade do ser humano pensar e repensar sobre as ações que praticam principalmente no que diz respeito ao mundo sustentável, mas não um mundo sustentável só nas palavras, nos papéis, mais sim, ações concretas em prol de um mundo sustentável.

Lazzarini Gunn (2002) asseguram que a mudança de estilo de vida deve privilegiar a qualidade de vida, baseando-se no atendimento das necessidades básicas bem como, aspectos culturais e espirituais, de forma que se possam debilitar os aspectos materiais.

Nesse prisma autores consideram que os consumidores precisam estar convencidos de que quando fazem compras estão, de fato, exercendo uma responsabilidade tanto social, como política, moral e ambiental fatores que vão além de seus interesses particulares.



No início da década de 80, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades. No Relatório Brundtland, o desenvolvimento satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Conforme estudos realizados nesta pesquisa, a cidade de Paulistana não atende a nenhum requisito no que diz respeito ao Relatório Brundtland. Não há nenhum projeto em andamento na Câmara dos Vereadores, a cidade não conta com um Plano Diretor pelo fato de que o mesmo foi pago, mas não foi elaborado pela empresa responsável. Consta apenas como documento ambiental, a Lei Orgânica Municipal de 19 de junho de 2008, Capítulo V.

O Estado do Piauí possui em seu arcabouço legal três normas principais que orientam as ações das Secretarias Municipais são elas:

- I. Lei 4.854 de 10/07/1996, que dispõe sobre a Política do Meio Ambiente do Estado do Piauí, e dá outras providências;
- II. Lei 5.165 de 17/08/2000, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o sistema de gerenciamento de recursos hídricos e dá outras providências;
- III. Lei 5.178, de 27/12/2000 que institui a Política Florestal do Estado do Piauí, modificada pela Lei 5.699, de 26/11/2007, elevando a reserva legal em nosso cercado de 20% para 30% superior, portanto, a todos os estados brasileiros com exceção aos da região amazônica.

Percebe-se que no município de Paulistana estas leis não estão sendo seguidas como deveria, por não possuir um corpo administrativo que façam com que estas leis sejam cumpridas. Para tanto se formou a ONG Ingabios, no intuito de colocar em prática tudo que estas normas dispõem ao município sensibilizando a população e o poder público para a falta de cumprimento das normas estaduais.

2.2 Educação Ambiental

Nos primeiros anos da década de 60 os problemas ambientais começaram a ser discutidos em vários lugares do mundo. Algumas publicações e eventos internacionais marcaram a origem da preocupação da humanidade com o ambiente. Articulada à discussão ambiental mais ampla, a educação ambiental foi se constituindo como uma estratégia de ação importante para o enfrentamento dos problemas ambientais que se agravam como nunca na história da humanidade (TALAMONI & SAMPAIO, 2013).

O Congresso de Belgrado, promovido pela União das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) em 1975, definiu a Educação Ambiental como sendo um processo que visa:

[...] formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (SEARA FILHO, 1987).

A educação ambiental pode ser considerada um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987).



Ao Educador ambiental, como qualquer outro educador, faz-se necessário também, o exercício contínuo dos aprendizes, proposto pela UNESCO:

[...] aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes (Delors, 1998, p. 89-90).

Conforme citado por Philippe Pomier Layrargues (2004, p. 5):

A Educação ambiental vive um momento histórico. Depois da Conferência Internacional sobre Conscientização Pública para a Sustentabilidade, realizada na Grécia, em 1997, o dia primeiro de janeiro de 2005 ficara marcado na lembrança de educadores ambientalistas em todo o mundo. Este será o primeiro dia da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).

Sob Coordenação da UNESCO, essa iniciativa das Nações Unidas, instituída por resolução de sua Assembleia Geral, procura estabelecer um grande plano internacional de implementação, tendo como referência os preceitos da Agenda 21, em seu capítulo 36. Assim, os governos são chamados a aderir às medidas necessárias para a aplicação do que propõe a Década em seus planos e estratégias educativas.

O interessante é que mais do que por sua abrangência, essa convocação atualiza o desafio paradigmático da educação ambiental quando a nomeia como Educação para o Desenvolvimento Sustentável. (Philippe Pomier Layrargues, 2004, p. 5)

Conforme Reigota (1995, p. 61): “Uma educação política, fundamentada numa filosofia política da ciência da educação antitotalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social, buscando uma nova aliança com a natureza através de práticas pedagógicas dialógicas”.

Já Grün (1996, p. 13) afirma que [...] a impossibilidade radical da ciência moderna em oferecer um caminho epistemológico para a educação ambiental.

Segundo o autor, a busca da superação do cartesianismo no discurso científico contemporâneo tem acontecido de forma um pouco vaga e apressada. A definição de um novo paradigma é, para esse autor, a maior preocupação da educação ambiental.

2.3. Desenvolvimento Sustentável como fator de mudança cultural.

Desenvolvimento sustentável é um conceito aparentemente indispensável nas discussões sobre a política do desenvolvimento neste novo milênio. Trata-se da visão de Ignacy Sachs, de “introduzir uma perspectiva nova para o planejamento econômico. Torná-lo sensível para a adoção de técnicas adaptáveis ao nível cultural das pequenas comunidades rurais do terceiro mundo”.

Conforme Reinaldo Dias (2006), ao longo dos anos ocorreram vários acontecimentos que desencadearam a movimentos históricos em busca do Desenvolvimento Sustentável. Segundo o Relatório da comissão Brundtland, uma série de medidas deve ser tomada pelos países para promover o desenvolvimento sustentável. Entre elas:

- Limitação do crescimento populacional;
- Garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) em longo prazo;
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- Aumento da produção industrial nos países não industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- Atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

O desenvolvimento sustentável requer uma harmonização entre a economia e a ecologia, alicerçado na constante preocupação com as gerações futuras, como muito bem



expressa o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Nosso Futuro Comum”, (conhecido como Relatório “Brundtland”).

O Relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adaptado pelos países industrializados e reproduzidos pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

Fica claro, nessa nova visão das relações homem-meio ambiente, que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade; há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo que sejam preservados.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra, ou Eco-92, foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, com representantes de 179 países que discutiram durante 14 dias os problemas ambientais globais e estabeleceram o desenvolvimento sustentável como uma das metas a serem alcançadas pelos governos e sociedades em todo o mundo. A Conferência resultou em cinco documentos básicos:

- Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Declaração de princípios para a gestão sustentável das florestas;
- Convênio sobre a Diversidade Biológica;
- Convênio sobre as Mudanças Climáticas; e
- Programa das Nações Unidas para o século XXI, mais conhecida como Agenda 21.

Agenda 21, é o mais abrangente, constitui um programa institucional que estabelece parâmetros para que se obtenha o desenvolvimento sustentável nas suas vertentes econômica, social e ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Seu conceito deve ser assimilado pelas lideranças de uma empresa como uma nova forma de produzir sem degradar o meio ambiente, estendendo essa cultura a todos os níveis da organização para que seja formalizado um processo de identificação das ações e resulte na execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologias adaptadas a esse preceito.

Segundo Bezerra e Bursztyn (2000): O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a quantidade expressiva de atores sociais e interesses presentes na sociedade coloca-se como um obstáculo às políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

O projeto de partida para entender o desenvolvimento sustentável é tratá-lo como um valor, como “um dos mais generosos ideais da humanidade”. Isso não significa subjetivismo ou a tentativa de ensinar como o mundo deveria ser.

Segundo Guimarães, Carvalho e Silva (2007), Salubridade ambiental é:

O estado de higidez em que vive a população urbana e rural, tanto no que se refere a sua capacidade de inibir, prevenir e impedir a ocorrência de endemias ou epidemias vinculadas pelo meio ambiente, como no tocante ao seu potencial de promover o aperfeiçoamento de condições mesológicas (que diz respeito ao clima e/ou ambiente) favoráveis ao pleno gozo de saúde e bem-estar. A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial está intrinsecamente relacionada com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia que, com mais de quatro bilhões de casos por ano, é uma das doenças que mais aflige a humanidade, já que causa 30%



das mortes de crianças com menos de um ano de idade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento. Mais de um bilhão de habitantes na Terra não têm acesso à habitação segura e a serviços básicos, embora todo ser humano tenha direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza (CARVALHO E SILVA, 2007).

Para tanto, Salubridade Ambiental define-se como um fator capaz de despertar valores higiênicos complexos a toda sociedade. Ao se deparar com o fato de que estes fatores agem diretamente na ética da sociedade, podem-se combater tais fatores através de políticas públicas bem aplicadas e de ações sustentáveis para a população. Percebe-se que os autores relatam a importância do acesso às informações ambientais para a prevenção de endemias e epidemias.

O Protocolo Verde é um documento firmado entre o Governo Federal através de seus critérios e bancos oficiais brasileiros, incorporando a variável ambiental na gestão e concessão de crédito oficial e benefícios fiscais com o objetivo de criar mecanismos que evitem a utilização destes créditos e benefícios em atividades e empreendimentos que sejam prejudiciais ao meio ambiente. Esse protocolo surgiu como resultado de um grupo de trabalho instituído em 1995, cuja iniciativa está prevista na Política Nacional de Meio Ambiente.

2.4 Atuação de ONG em municípios

A solidariedade, sempre presente nas relações interpessoais, nas redes de vizinhança e ajuda mútua, inspira a ação de movimentos voltados para a melhoria da vida comunitária, defesa de direitos e luta pela democracia. É deste encontro da solidariedade com a cidadania que vão surgir e se multiplicar as organizações não governamentais de caráter público.

As ONGs – Organizações Não Governamentais, como o próprio nome já diz, são associações de sociedade civil, sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para melhorar determinados aspectos da sociedade.

A ONG é definida como uma entidade sem fins lucrativos e que não está vinculada a nenhum órgão do governo. A criação de uma ONG começa com o interesse de um grupo com objetivos comuns, disposto a formar uma entidade legalizada, sem fins lucrativos. Os interessados deverão estabelecer os objetivos da ONG e formar uma comissão para a redação de um estatuto social. Após a aprovação do estatuto, é organizada a eleição que vai decidir o comando da entidade. Realizado o pleito, é oficializada a posse da diretoria da ONG. Para registrar a entidade, será preciso encaminhar a documentação da ONG ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, pagar as taxas e registrar um livro de atas.

As entidades podem atuar em várias frentes: saúde, assistência social, econômica, ambiental, etc., em qualquer esfera: Local, Estadual, Nacional e até Internacional. As associações podem pressionar o poder público, realizar projetos, arrecadar dinheiro e propor ações judiciais, por exemplo.

2.5 Influência da ONG como fator de mudança

As ONGs ambientais lutam em defesa do meio ambiente, pesquisas, educação ambiental, etc., ocupam o espaço onde o governo deveria, mas não conseguiu atuar, elas estão próximas das comunidades e seus problemas, geram estratégias e projetos para melhorar a qualidade de vida, desenvolvem meios de educar, trabalhar e preservar o meio que vive o cidadão. Outra forma de atuação é exigir quanto fiscalizar os órgãos competentes nas questões que envolvem o Meio Ambiente.



O objetivo das ONGs ambientais converge, na maioria dos projetos, na preocupação em diminuir a enorme distância entre “teoria e prática”, despertar o cidadão consciente na tutela da Natureza.

Há algumas décadas não havia conscientização ambiental no Brasil. As pessoas tinham uma consciência ainda primitiva em relação à questão ambiental. Hoje, o quadro é diferente, percebemos que a sociedade se preocupa mais com o meio ambiente. Quando uma árvore é cortada, um rio é poluído, já existem queixas, algo que não acontecia no passado, e isso é positivo.

Somente através da preservação do meio ambiente e da reciclagem é que conseguiremos ter uma oportunidade de estabilizar os problemas que temos com relação à poluição e degradação de nosso planeta.

A incapacidade dos gestores públicos de resolverem sozinhos todos os seus encargos, praticamente não há administração pública bem sucedida sem a participação das ONGs, sendo elas importantíssimas na gestão pública. As ONGs são importantíssimas para se alcançar o desenvolvimento sustentável e o aprimoramento da sociedade moderna.

3. Metodologia

A pesquisa se classifica como exploratória, a partir do método e forma de abordar o problema, pois existe um relacionamento dinâmico que não pode ser medido em números com relação ao tema estudado. Ao se tratar da análise feita através de registros fotográficos e bibliográficos, a interpretação das informações e a atribuição de significados são características marcantes neste método, tendo em vista que o pesquisador possuiu um papel-chave e o objeto de estudo (no caso, a ONG Ingabios) foi fonte direta a ser estudada.

Foi possível familiarizar-se com o fenômeno que está sendo estudado, de modo que a pesquisa subsequente pôde ser concebida com uma maior compreensão e precisão. (GIL, 2008). Esse modo de abordar o problema levantado acabou atribuindo como característica à pesquisa, a descrição, pois as informações foram escritas como são na realidade e as conclusões foram elaborados a partir da análise indutiva. O espaço amostral da pesquisa abrangeu o gestor público e o Coordenador Geral da ONG presente no município de Paulistana-Piauí.

O instrumento utilizado foi o roteiro de entrevistas, foram realizadas entrevistas com o representante do gestor municipal e o Coordenador Geral da ONG Ingabios. Os temas das questões se dividiram na possibilidade de o município possuir um Plano Diretor onde incluem as três normas ambientais estaduais, Como surgiu a ideia da formação da ONG, Qual o formação corporativa da ONG, Quais as dificuldades que a ONG enfrenta em suas ações, Como se dá a interação da ONG com a Gestão Municipal e outros órgãos, Se algum projeto desenvolvido pela ONG surtiu mudança significativa no município desde a sua formação. Foram feitos registros também através de fotos e documentos cedidos pelo Coordenador da ONG para a pesquisa.

Quanto aos objetivos, é possível afirmar que o trabalho adquiriu característica explicativa, ao identificar fatores que sustentam ou alimentam o surgimento dos fenômenos através da observação dos mesmos. Desta forma, tal conceito pôde ser visto na pesquisa de campo, notando-se peculiaridades e dificuldades enfrentadas pelos gestores da ONG Ingabios.

4. Análises e Discussões

Sabe-se que na cidade de Paulistana apesar de possuir a Lei Orgânica não possui projeto a favor do meio ambiente e da sustentabilidade do município. A gestão municipal não tem programas que combatem a poluição ambiental existente, não consta em sua estrutura



organizacional uma equipe de Meio Ambiente. Portanto, a gestão municipal não tem como assegurar as condições ambientais e sustentáveis para melhor qualidade de vida da população.

Diante das adversidades e do descontrole desmedido de problemas causados pela falta de programas sobre educação ambiental na cidade de Paulistana, pessoas com este interesse criaram em Agosto de 2013 uma ONG totalmente voltada para a biodiversidade chamada Ingabios.

Em entrevista com o Coordenador geral da ONG Ingabios, pode-se compreender melhor as complicações que a população paulistanense enfrenta diariamente como por exemplo, as obras do saneamento que foram paralisadas por falta de pagamento à empresa terceirizada contratada pelo prefeito em exercício no ano de 2010, chegando ao ponto da Caixa Econômica Federal em 2013 estar bloqueando alguns bens da Prefeitura a serem liberados somente após a prestação de contas e da justificativa sobre o paradeiro do dinheiro liberado para as obras do saneamento, um valor estimado em R\$ 3.000.000,00, liberado em parcelas de R\$ 300.000,00 sendo a última liberada em 02/02/2010 segundo o Portal da Transparência do Governo Federal. Hoje há um projeto “Educando para preservar” do qual algumas escolas já adotam este recurso com palestras, visitação de seu corpo discente a Chácaras e população ribeirinha e plantação de mudas nativas a fim de sensibilizar a sociedade para a preservação do meio ambiente.

Na Gestão Ambiental, a única gestão que está sendo usada pela população é a área da Vigilância Sanitária onde conta com uma equipe permanente de agentes com o intuito de viabilizarem e diminuïrem a alta taxa de poluição na cidade e nas margens do açude.

Na Gestão de Recursos Hídricos, a secretaria não tem projetos ativos nos quais entra em objetividade o trabalho em questão objetivando o uso racional dos recursos hídricos da cidade de Paulistana Piauí.

4.1 Resultados

De acordo com o objetivo principal deste artigo: Analisar as contribuições das atividades da Ong INGABIOS para a mudança cultural no município de Paulistana/PI pode-se afirmar que as iniciativas feitas pela ONG são ações essenciais para a sensibilização da sociedade por sua função social junto a comunidade em que atua.

A partir da pesquisa de campo desenvolvida na cidade de Paulistana, foram aplicados dois questionários, sendo o Questionário 1 destinado para a ONG Ingabios e o Questionário 2 destinado ao Representante da Gestão municipal, ambos visando obter respostas para os objetivos propostos, os quais serão analisados a seguir.

Conforme questionário o Entrevistado 1 nos forneceu as seguintes informações: Na primeira pergunta, o mesmo destacou a importância da forma como os formadores da ONG detectaram problemas sérios no comportamento ambiental da cidade, havendo assim uma comoção por parte dos integrantes de criar uma instituição que se propusesse a coibir tais eventualidades e conseguissem proteger o meio em que vivem. A segunda pergunta foi relacionada a formação corporativa da ONG, onde o entrevistado relatou que sua formação se deu através de uma Assembléia administrativa, sob consenso e votação em que constituiu-se com 13 colaboradores, sendo: 01 Coordenador Geral, 01 Jornalista, 03 Comerciantes, 02 Biólogos, 02 Gestores ambientais, 03 Técnicos em mineração, 01 Agente de saúde. A terceira pergunta foi sobre as dificuldades que a ONG enfrenta e esta, por sua vez, foram relatadas as várias artimanhas políticas e as resistências enfrentadas por parte de alguns populares para tentarem ludibriar as ações da ONG. A quarta pergunta destaca-se a interação da Instituição com a gestão municipal, onde pode-se detectar uma empatia e uma solidariedade condizente dos dois lados, dando ênfase ao apoio total por parte da Gestão Municipal em todas as ações que a ONG se proponha realizar. A quinta pergunta refere-se aos projetos que mais sutiram



mudanças na população, dos quais destacou-se as palestras feitas nas escolas onde houve um grande interesse no corpo docente e discente das mesmas em estar colocando em prática e aprendendo cada vez mais sobre a educação ambiental e seus meios de reciclagem.

No questionário 2 o Entrevistado destacou as seguintes informações: A primeira pergunta refere-se a falta de um Plano Diretor na Prefeitura mesmo tendo em sua lei as normas de Sustentabilidade do Governo Estadual, fora informado então que na gestão anterior houve a solicitação de um Plano Diretor mas por falta de pagamento a empresa responsável não liberou o mesmo. A segunda pergunta versou sobre a Prefeitura Municipal, apesar de possuir uma Secretaria do Meio Ambiente no papel e com registro, não há uma equipe administrativa efetiva, o mesmo relatou que por questões administrativas e financeiras não pode-se formar uma equipe ainda mas que o problema já estava sendo resolvido. A terceira pergunta procurou estender-se na segunda pergunta sem êxito. A quarta pergunta foi referente aos projetos existentes na gestão pública em prol ao meio ambiente onde detectou-se que não há nenhum projeto em fase de aprovação na Câmara ou na Prefeitura municipal.

No que se refere aos objetivos específicos: O primeiro pôde-se caracterizar a ONG Ingabios como uma organização formulada para a biodiversidade sustentável na cidade de Paulistana através de ações públicas e de educação ambiental. Tendo em vista o desenvolvimento urbano de Paulistana-Piauí a ONG Ingabios visa buscar soluções para propiciar aos cidadãos paulistanenses um melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras fazendo cumprir a Constituição Federal no Art. 225 e as leis vigentes ambientais. A ONG não só está voltada para todas as causas ambientais, mas também com a preservação ambiental. A Ingabios tem sua composição formada por cidadãos do município de Paulistana-PI. A Ingabios tem como Parcerias: o Presidente da ONG de Caboclo/PE (Sr. Cosmo), Prefeitura Municipal de Paulistana/PI, UNIVASF (doação de mudas de plantas nativas), EMBRAPA Meio Norte (doação de mudas de plantas nativas). A situação crítica do baixo nível do Açude Ingazeiras antes das chuvas no ano de 2012, levou estes moradores a uma grande preocupação com o Meio Ambiente e decidiram unirem-se para discutir soluções, momento que tiveram a ideia de criarem a ONG.

Já o segundo objetivo descreve os projetos desenvolvidos da ONG Ingabios no município, como:

Um dos projetos realizados pela ONG Ingabios de maior significância nos últimos meses foi a Audiência Pública realizada com a Promotoria Pública e o Gestor Municipal em prol da realização de ação contra a retirada de água do Açude Ingazeiras promovida contra as empresas responsáveis pelas obras da ferrovia Transnordestina, a fim de assegurar o nível adequado das águas deste afluente para abastecimento da cidade de Paulistana-PI e região durante a seca. Com esta Audiência Pública a ONG atingiu seu objetivo ocasionado a proibição judicial da retirada de água do Açude.

Reunião com o Diretor do Campus IFPI (Instituto Federal do Piauí) com o intuito de realizar parceria a fim de proporcionar avanços nas ações ambientais, culturais e sociais no município como: arborizar e implantar árvores nativas nas praças, avenidas, ruas e margens do açude Ingazeiras. Com esta ação a ONG em parceria com o IFPI Paulistana mudou a paisagem da cidade com o plantio de várias plantas nativas e ornamentais; reconstrução de canteiros centrais.

Atividades de proteção à principal fonte de recursos hídricos do município de Paulistana, com a Campanha Reviver Ingazeiras. Uma das atividades foi a limpeza da Zingra, beira do Ingazeiras, próxima ao Areião (quadra municipal de esportes na areia) e do Fórum do Juizado Especial Cível e Criminal. A intenção é tornar esta área da beira do rio num local de lazer.



São desenvolvidas palestras educacionais e ambientais, oficinas de reciclagem com alunos das escolas públicas e particulares do município afim de sensibilizar as gerações futuras para a proteção do meio ambiente em que vivem.

A partir do terceiro objetivo avalia-se como os projetos da ONG Ingabios influenciam na educação ambiental do município. As ações já realizadas pela ONG são de grande valia para a população pois, agregam valores socio-ambientais, sustentáveis, recicláveis o que ocasionou uma sensibilização da comunidade com relação a educação ambiental. Isto mostra a visão abrangente que esta instituição apresenta alcançando valores até então “adormecidos” pela sociedade paulistanense.

Percebe-se então a importância da ONG para o município de Paulistana como agente incentivador de mudanças no comportamento da população. Para tanto foram firmadas parcerias com a Prefeitura Municipal, escolas públicas e privadas, comerciantes, órgãos federais e outras ONGs de regiões vizinhas.

Através das análises consta-se que a pesquisa foi satisfatória ao ponto que consegue-se alcançar uma visão ambiental responsável e sustentável para o município.

Para tanto, a ONG Ingabios tem proporcionado, especialmente às escolas um interesse perceptivo, recebendo convites assíduos para Palestras e ações junto ao corpo discente e alcançando a sensibilização almejada junto a população com relação a limpeza e reciclagem dos lixos residenciais.

5 Considerações Finais

A reflexão proposta neste artigo mostra que a Gestão Municipal por seu papel primordial de zelar pelo bem-estar de sua comunidade diante dos desafios e conflitos do dia-a-dia, precisa se posicionar melhor e gerir metas em que estimule os mais diversos atos sociais a participação e a preocupação para com o meio ambiente considerando este não só como provedor de recursos, mas sim indispensável para a consciência da sociedade.

O estudo possibilitou analisar a intenção da ONG, e suas reais ações para com o meio ambiente de modo que a Prefeitura Municipal seguisse seus passos, mesmo que lentamente pela melhoria na qualidade de vida da população.

Assim consegue-se debater acerca da cultura sustentável do município os quais percebe-se a urgência de aprofundar o avanço destas reflexões em ações concretas.

Quando se fala em Educação Ambiental tem-se logo em mente a grande importância que a mesma tem para as organizações assim como para a sociedade, mediante o crescimento da conscientização da grande necessidade de melhorias, tanto nas condições ambientais como nas econômicas e sociais, tendo como propósito aumentar a qualidade de vida em prol de toda a sociedade, de hoje e as futuras gerações.

Diante dos aspectos que envolvem a sustentabilidade é válido lembrar-se da importância de cuidar, preservar o mundo onde se vive, e para isso um cuidado de forma econômica, social e ambiental é bem visto, no entanto terá que sair do papel, ou seja, sair desse ponto utópico e fazer acontecer de verdade.

Diante do que foi pesquisado e com o resultado da pesquisa observa-se que ainda falta muito para que a população da cidade de Paulistana sensibilize-se da importância em preservar o meio em que vive, assim como cabe à realização de políticas públicas em prol da preservação do meio ambiente.

O presente trabalho tem sua relevância, visto que se trata de uma temática discutida no mundo todo e cada vez com maior afinco, trata-se também de uma pesquisa de suma importância para a comunidade de Paulistana PI, assim como também serve de incentivo para futuras pesquisas.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

Referências

ACSELRAD, H.; LEROY, J. P. Novas premissas de sustentabilidade democrática. Rio de Janeiro: Editora Fase, 1999, p. 58.

ARAÚJO, G. C. et al. Sustentabilidade Empresarial: conceitos e indicadores. In: CONGRESSO BRASILEIRO VIRTUAL DE ADMINISTRAÇÃO, 3, 2004. Disponível em: http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000

BUAINAIN, A. M. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. p. 46.

DELORS, Jacques. Educação um Tesouro a Descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação Para o Século XXI. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

DIAS, Reinaldo, Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade/ Reinaldo Dias, - SÃO PAULO; Atlas, 2006.

FEDERAL, Governo; TRANSPARÊNCIA, Portal da. **Transparência dos municípios**. 2010. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=591127&TipoConsulta=0>. Acesso em: 24 abr. 2015.

GIL, Antônio Carlos (São Paulo). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. **Saneamento básico**. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2009

KAMIYAMA, A. Cadernos de Educação Ambiental: agricultura sustentável. São Paulo: SMA, 2011. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/cadernos/13-AgriculturaSustentavel.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2012

KAROL, Eduardo. Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – F.A.S.E. – estudo sobre território e organização não governamental. Dissertação (mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

LAZZARINI, M.; GUNN, L. Consumo sustentável. In: BORN, R. H. (Coord.). **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Petrópolis, 2002. p. 67-86.

LIMA, Evangelista. **ONG Ingabios**. 2014. Disponível em: <<http://www.blogdoevangelista.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2014.

LIMA JÚNIOR, Adroaldo Ferreira. **Reviver Ingazeiras**. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100009323503014&fref=ts>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

MARCOS REIGOTA (São Paulo). **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 1995. 61 p.

MAURO GRÜN (São Paulo). **Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papirus, 1996. 13 p.

MELO, Gilberto Jose de. **SANEAMENTO BASICO**. 2014. Disponível em: <<http://www.prefeituradepaulistana.com.br>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

NASCIMENTO, Fábio. **Ação da ONG Ingabios: Arborização**. 2015. Disponível em: <<http://fabionascimento noticias.blogspot.com.br>>. Acesso em: 22 dez. 2015

PHILIPPE POMIER LAYRARGUES. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Gráfica Gutenberg, 2004. 156 p.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade Ambiental**. Consumo e Cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

SEARA FILHO, G. Apontamentos de introdução à educação ambiental. **Revista Ambiental**, a. 1, v. 1, p. 40-44, 1987.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Traduzido por Eneida Araujo. São Paulo: Vértice, 1986. p. 15, 26-7.

SOUSA, Genivaldo. **Saneamento básico da cidade de Paulistana em prol do açude Ingazeiras**. 2014. Disponível em: <<http://genivaldo-miguel.comunidades.net>>. Acesso em: 31 out. 2014.

TALAMONI, Jandira L.b.; SAMPAIO, Aloísio Costa. **Educação Ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. 2013. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Administração Pública, Universidade Federal Rural do Pernambuco, São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=HuMrCAAAQBAJ&pg=PT13&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj1pTFy7nJAhW0sZAKHb9kBFIQ6AEIIDAB#v=onepage&q=educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental&f=false>.

Acesso em: 30 nov. 2015.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

UNESCO-UNEP International strategy for action in the field of environmental education and training for the 1990s. Paris: UNESCO e Nairobi. 1987.